



**“SE ELES FAZEM MIL, TEMOS DE FAZER MIL E UM” - E ELA FEZ! TRAJETÓRIA  
ACADÊMICA DE UMA DOUTORA NEGRA NOS ANOS 1970**

**"IF THEY MAKE A THOUSAND, WE MUST MAKE A THOUSAND AND ONE" - AND  
SHE DID! ACADEMIC TRAJECTORY OF A BLACK DOCTOR IN THE 1970s**

Jonê Carla Baião

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

jonebaiao@gmail.com

**Resumo:**

Este texto é um desafio a uma “viagem” à história de uma das mulheres da minha família. Cresci numa família grande. Minha mãe teve dez filhos, sendo sete mulheres. Minha avó teve 13 filhos, sendo 9 mulheres. Numa família de forte presença feminina, está entre elas a figura da Tia Calu. Olhar para história de vida da tia Calu e escrevê-la é compartilhar um pouco do que uma família negra, pobre, de uma metrópole como Rio de Janeiro, pode experimentar em sua trajetória acadêmica. Falar de racismo nessa trajetória é redundância para mulheres pretas. Escrever me fez olhar para dentro de nossa família e pensar a história e trajetória acadêmica da mulher negra no Brasil no século 20/21.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trajetória de vida acadêmica; interseccionalidade; racismo, medicina.

**Abstrac:**

This text is a challenge to a “trip” the story of one of the women in my family. I grew up in a large family. My mother had ten children, seven of whom were women. My grandmother had 13 children, 9 women. In a family with a strong female presence, the figure of Aunt Calu is among them. To look at Aunt Calu's life story and write it is to share a little of what a poor black family from a city like Rio de Janeiro experiences in its trajectory. To talk about of racism in this trajectory is redundancy for black women. Writing made me look inside our family and think about the history of black women in Brazil in the 20th century and their academic trajectory.

**KEYWORDS:** Academic life trajectory; intersectionality; racismo, medicine.

**1. Do começo**

O título deste artigo remete ao adágio que cresci ouvindo em casa, de minha Tia Calu, como chamamos no âmbito doméstico a Dra. Carolina Maria de Azevedo. Ela é, para meus ouvidos, a autora primeira desse “conselho”: “se eles fazem mil, temos de fazer mil e um”. O uso do pronome “eles” era uma referência ao mundo dos brancos, ao espaço de supremacia branca,

heteronormativo, do qual minha tia participava ativamente: os corredores dos hospitais públicos e das universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro, pelo Brasil e pelo mundo. Sim, Carolina percorreu parte do mundo.

É sobre essa Carolina Maria que escrevo este texto. A de Azevedo. Não a de Jesus. Em 2020, talvez seja possível falar da Carolina Maria de Jesus com um artigo definido “a”. Muito temos feito para que sua obra seja cada vez mais publicizada e alcance de modo apaixonado jovens leitoras e leitores, negras e negros. Em fevereiro de 2021 obtive o título de Doutora Honoris Causas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A sua Homônima, Carolina Maria, mas de Azevedo, filha de Francisco Antônio Azevedo e Benta de Lourdes Azevedo, meus avós, ainda não é (re)conhecida fora dos corredores dos hospitais públicos.

É com amor que estas linhas começaram a ser traçadas e este texto tomou forma. Um amor que me mobilizou para pensar muito de mim, dos meus passos até aqui. Escrever sobre nossos passos e os passos dos nossos que vieram antes não é tarefa fácil, porque olhamos para a linha do tempo com amor, com esse “sangue-que flui por nossas veias”. Não é só de sentimento ou de afeto. É de cura e libertação. Como traz a autora Maya Angelou: “O amor cura. Cura e liberta. Eu uso a palavra amor não como sentimentalismo, mas como uma condição tão forte que pode muito bem ser o que mantém as estrelas em seus lugares no firmamento e faz o sangue fluir disciplinadamente por nossas veias”. (ANGELOU, 2020:p.8-grifos da autora.)

Como professora que sou, sei o quanto a linguagem pode nos permitir exteriorizar, dividir com outros os nossos sentidos, o nosso ser. Dividir, outras vezes, e muitas vezes disputar. Disputar sentidos. Dores. Liberdade.

Este texto fala especialmente do amor da Dr<sup>a</sup> Carolina Maria de Azevedo à sua profissão, à sua família, à vida. Em tempos em que a vida precisa ser comemorada.

A autora e psicanalista negra Neusa Santos escreveu em 1983 sobre o sentimento que nós, negras, tivemos em nossa trajetória de ascensão social. Foi o primeiro livro que li sobre o tema, que me impactou e me fez pensar sobre ser negra. Tia Calu já sentia na pele e no corpo, muito antes de mim, porque em 1967 eu nascia para a vida e ela nascia para a Academia. Neusa Santos me ajudou a entender o que esse percurso exige de nós mulheres negras:

Ser o melhor! Na realidade, na fantasia para se afirmar, para minimizar, compensar o ‘defeito’ para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida. Ser o melhor, dado unânime em

todas as histórias-de-vida. Para o negro ser o melhor é alcançar as ideias dominantes, o ser branco, o que lhe é impossível (SANTOS, 1983: p.40)

A Doutora Carolina Maria de Azevedo sabe bem quais foram as agruras que teve de atravessar para fazer 1001, sempre 1001! Há um limite tênue que este texto sabe que percorre, que é entre a história de vida e a meritocracia que o “Mito da Democracia Racial” alimentou por muito tempo sobre as histórias de sucesso para negras e negros nos espaços reservados exclusivamente aos brancos em seus privilégios (BENTO, 2002 e CARNEIRO, 2019).

Escrever sobre uma mulher que hoje tem 82 anos e é Doutora em Medicina e essa mulher ser sua tia, irmã da sua mãe, não é fácil. Porque espera-se que a narrativa seja “neutra”. A tal neutralidade que a Europa colonizadora sempre nos ensinou e nos colonizou. Essa teoria, supostamente asséptica, limpa e sem emoção, será difícil, porque a história das Carolinas são histórias que falam das individualidades que atravessam todas as mulheres negras de suas gerações, das que vieram antes e das que vêm depois. Para as que vêm depois esperamos que os passos sejam mais leves.

Escrever este texto é um pouco responder à pergunta da “irmã outsider”: “você têm feito o trabalho de vocês?”. “Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (LORDE, 2020, p:53)

Uma parte deste texto é ela, a Dra Carolina Azevedo, outra parte sou eu e meu receio de continuar “engolindo sapos”, contemporizando os racismos cotidianamente que vivemos e amenizando para doer menos. A escrita deste texto estava sendo “maturada” há algum tempo. Sabia que escrevê-lo seria ainda falar de mim, também mulher negra na Academia hegemonicamente marcada pelos privilégios da branquitude. “E é claro que tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de revelação individual, algo que parece estar sempre carregado de perigo”. (LORDE, 2020, p:53)

Carolina Maria de Azevedo representa um sucesso que nossa família precisou e ainda precisa construir para garantir permanência e produção na universidade brasileira e de modo a ter visibilidade em suas pesquisas e em seus afazeres. Porque os sucessos individuais ainda não garantiram sucesso ao grupo de 54% da sociedade brasileira, os negros e pardos (Fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Na Academia é comum a gente dizer que uma vida não cabe num *Lattes*, uma plataforma que abriga os currículos dos acadêmicos do país. Nela encontramos, ou devemos encontrar, verdades sobre a vida acadêmica dos estudiosos que atuam também nas Universidades. Quando você lê no **Lattes** da Doutora Carolina o que ela fez em 52 anos de estudo e carreira, após seu ingresso na universidade pública, sabemos que muito cabe entre as linhas de cada formação ali destacada. É isso que pretendo fazer neste texto. Por exemplo, o **Lattes** (e o da minha tia não traz a foto) não mostra a cor e a dor que é para uma mulher negra e pobre ser expoente de sua área de atuação.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em potencialidades. (SANTOS, 1983: pp.17-18)

Falarei das potencialidades recriadas pela Dra. Carolina, que nasceu em 1938, exatamente 50 anos após a abolição dos negros escravizados. Nasceu no norte do estado do Rio de Janeiro, mais precisamente em Quissamã. É a sexta filha de Francisco e Benta. Projeto de embranquecimento da população brasileira, a mestiçagem brasileira. Francisco, negro, e Benta, mestiça. Ou branca? Benta era da cor dessa mestiçagem que tanto coloriu o racismo brasileiro

Hoje algumas filhas de Benta e irmã de Carolina ainda dizem que Benta era branca. Eu diria que Benta era parda, ou seja, negra! Mas a cor de Carolina nos espaços por onde passou não deixou dúvida: Carolina era sempre vista como negra, pobre, mulher. A interseccionalidade: raça, classe e gênero a marcava invariavelmente nos espaços da Medicina carioca, brasileira ou mundial, no seu Mestrado ou Doutorado “sanduíche” na França, entre os anos de 1980 e 1990. Escrever sobre a biografia de uma mulher negra, numa carreira em que o racismo e o patriarcalismo imperam, é fundamental pensarmos a interseccionalidade de que fala Carla AKOTIRENE (2019:p.24): “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”.

Sim, Carolina fez graduação, Mestrado e Doutorado em Medicina; em tempos em que o Movimento Negro lutava no Brasil para que a Educação fosse para todos, lá nos idos da Lei 5692, do início dos anos 1970, e depois nos anos de 1990, na luta pela Universidade pública. (GOMES, 2019)

Carolina ergue-se trazendo com ela a sua ancestralidade e suas mais novas. O caminho que ela abre é digno dos caminhos que cruzaram o transatlântico. É caminho instaurador, de sangria, de grito e de bravura e de resistência de todo um grupo.

Essa busca em fazer-se mais humana, sabemos, nós as mulheres negras, que é uma luta cotidiana. O processo de escravidão quis retirar dos negros escravizados sua humanidade, reduzindo a nós, negros e negras, a braços, como máquinas, e oprimindo ou silenciando nosso saber, afetos, línguas e crenças, reduzindo-nos a corpos de produzir riquezas para os senhores brancos. “Essa é a função do racismo cotidiano: reestabelecer uma ordem colonial perdida, mas que pode ser revivida no momento em que o sujeito negro é colocado novamente como a/o “Outra/o”. (KILOMBA, 2019: p. 225)

Saber qual lugar esse “outro” pode ocupar é um aprendizado que temos desde a mais tenra idade. Vendo quem são os médicos que nos atendem, as professoras e professores que nos ensinam, e quais são os que limpam e recolhem o lixo da cidade... a gente vai percebendo os lugares que a estrutura social reserva e espera que seja preservada para cada cidadã e cidadão.

## **2. A vizinha - Todas temos uma vizinha que avisa (Quem avisa amigo é?)**

Retomando os adágios populares, trago o que sempre ouvi quando criança, como um alerta sobre possíveis ‘equivocos’ de comportamentos: “quem avisa amigo é...”. Em seu livro *Clíris*, a autora Carolina de Jesus fala da sua vizinha que lhe emprestou um livro para ler: a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Ela relata sobre seu encanto pela leitura, a sua descoberta pela literatura e a sensibilidade da vizinha em presenteá-la (JESUS, 2019: p.16).

A personagem “vizinha”, nesta outra biografia em curso, é importante, porque ela não tem nome, mas representa na memória da família Azevedo aquelas pessoas que não acreditam na inteligência/humanidade negra. Coloca o negro e a negra na condição de máquina de trabalho barato. Desqualifica a sua capacidade intelectual e reserva à negra e ao negro o lugar do trabalho pesado.

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos, e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. (BENTO, 2002: p.5)

Tia Calu desejava estar no lugar não esperado para ela. Como disse Lélia Gonzalez, é como se Carolina de Azevedo gritasse ao mundo: “agora o ‘lixo’ vai estudar”.

Tia Calu, lá pelos seus sete, oito anos, desejou, como deseja qualquer criança, ser médica, e disse isso para “vizinha”, que logo fez questão de explicar a essa criança que ela deveria “cair na real...” e se preparar para lavar as trouxas de roupas que tinha que cuidar e lavar; que não sonhasse tão alto, porque a realidade que se avizinhava para ela e sua família era mais dura que os livros de uma Universidade em Medicina.

A Carolina, Doutora em Medicina, sabia desde muito nova que sua vida não seria fácil. Que teria de labutar muito para chegar aonde desejou.

Com vizinhas que aconselham de modo diferente: uma presenteia o livro e percebe o amor de autora Carolina de Jesus pelas letras; a outra, desqualifica, não acredita no sonho tão alto da menina Carolina de Azevedo, a Doutora, aqui apresentada.

Sabemos que a vitória das Carolinas, enquanto histórias individuais, ainda não é a história da “(...) mulher negra (que) tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê” (Jurema Werneck, texto de introdução do livro *Olhos D’Água*, de EVARISTO, 2019).

A vizinha de Carolina Azevedo a colocava no lugar de outra, a que não poderia desejar (e realizou). Essa é a mania que a branquitude tem de achar que pode determinar os lugares para cada grupo. Infelizmente muitas vezes “achou” que assim deveria ser e fixou esses lugares.

Tratadas como desvios e não como demandas por respeito, as possibilidades de fissurar o padrão de sujeito moderno passam a representar a subversão da ordem, da harmonia social e dos valores que sustentam o projeto de poder colonial. E é isso mesmo. Afirmar a humanidade do não europeu, das mulheres, de povos negros e indígenas, dos não cristãos, dos que desafiam formas heteronormativas de viver e se relacionar e das pessoas com deficiência, é subverter a naturalização das estruturas de poder e dominação que foram violentamente construídas pelo exercício de poder colonial escravista que se impôs nas Américas. (PIRES, 2017: p.4)

Romper com essas estruturas sociais não é tarefa fácil, principalmente porque não estamos falando de “força de vontade”, de méritos individuais. Estamos falando de políticas públicas que mexam nessa estrutura separatista e segregacionista da sociedade brasileira ainda em 2020.

Negar sonhos, estabelecer quais são os sonhos que as crianças negras podem ter, é estratégia política da colonialidade que atravessa a sociedade ainda no século atual. Ignorar,

copiar ou destruir quando somos consideradas subalternas, dizer o que uma criança pode ser em seu futuro ou criar as expectativas e os desejos para essas infâncias é o que temos discutido nas salas de aulas das escolas públicas desse Brasil. Quais são as alternativas que damos para os sonhos de nossas crianças pretas?

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de outsiders ocupando o papel de pessoas descartáveis. Como integrantes de tal economia, todos fomos programados para responder às diferenças humanas que há entre nós com medo e aversão, e a lidar com elas de três maneiras: ignorar e, se não for possível, copiar quando a consideramos dominante ou destruir quando a consideramos subalterna. Mas não temos critérios para tratar as diferenças humanas em pé de igualdade. Como consequência, elas têm sido confundidas ou utilizadas de maneira equivocada, a serviço da separação e da confusão. (LORDE, 2020: p.142)

Ou como aponta Sueli Carneiro,

O papel relegado aos negros sempre foi secundário e chegamos a essa triste conclusão quando nos deparamos com documentos do início do século; um fato interessante é recorrermos às propagandas impressas em suplementos e revistas femininas do período. Primeiramente, notamos que o público-alvo, a quem o produto é destinado, é a família de classe média, comumente retratada com o pai, a mãe e os filhos, brancos, e ao fundo tem-se a figura de uma negra, forte e trajada de uniforme e avental, para que não haja dúvida de que ela não faz parte da família e, sobretudo, não possui nenhum laço consanguíneo. As cartilhas infantis, até bem pouco tempo atrás, também reforçavam essa visão de negras somente como empregadas domésticas. (CARNEIRO, 2019: p.157)

Outros imaginários estão se constituindo para nossas crianças. Outros cenários que não o da cozinha ou do quintal (lavando roupas). Uma criança negra pode sonhar, desejar e realizar o desejo de ser o que quiser ser: médica, por exemplo. As políticas de cotas nas universidades públicas, nos anos 2000, vêm contribuir para o preenchimento desses espaços vazios de cor nas universidades públicas brasileiras, em especial nos cursos considerados de elite, como o curso de Medicina.

### **3. Um convite de formatura - Um AVC - Uma médica**

Terminado o antigo segundo grau, no final dos anos 1960, Carolina presta o vestibular para medicina. Ela não passou na primeira vez. Precisou tentar outras vezes. Só poderia cursar uma faculdade pública. Não desistiu. Não poderia desistir. Desistência é um luxo que nossas

ancestrais não experimentaram. Resistência sim. Trazemos em nossas memórias, no corpo e na alma, essa lição.

Carolina se forma em medicina em 1972, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Cursou a Faculdade de Medicina trabalhando como Técnica de Raio X; trabalhou desde muito nova, e como foi a única da família que manteve a fidelidade aos estudos, precisava trabalhar (como os demais) e estudar. A formação técnica lhe permitiu atuar em hospitais públicos no Rio de Janeiro, enquanto estudava no Curso de Medicina.

Cursa a Faculdade ajustando aos seus horários de plantão como Técnica de Raio X. Foi convidada, durante o curso, a trabalhar na Universidade Severino Sombra, em Vassouras, local onde atuou e colaborou com a formação de novos médicos no Estado do Rio de Janeiro por muitos anos.

No dia em que chega em casa com o convite da formatura em mãos, para mostrar a seus pais, a felicidade toma conta de todos. Cada visitante daquele lar teria que ler e ver o convite de formatura da filha de Francisco.

Seu pai não chega a participar da formatura porque tem um Derrame, um Acidente Vascular Cerebral (AVC), antes da emoção se concretizar. A ancestralidade sempre trabalha por nós. Para proteger sua filha fica por 39 dias internado, em coma. Parecia aguardar o período da formatura de sua única filha que estudou e se formou em Medicina. Esse episódio dá conta do quanto não se pensa como possível para um coração de um pai negro, uma filha negra, médica nos anos 1970, a menos de 100 anos depois da libertação dos escravizados.

Carolina acompanha a hospitalização e o tratamento de seu pai, mas sofre ali a primeira derrota como médica. A medicina tem seus limites. Essa lição ela aprendeu vendo seu pai morrer. Participa da Colação de Grau de sua turma, mas não participa das comemorações que um título de universitário exigiria, numa família de pretos e pobres.

Numa análise mais longitudinal dos níveis de escolaridade da população no País, entre 1907 e 1965 houve um considerável aumento. Por outro lado, quando se comparam negros e brancos, a diminuição da distância de formação educacional – para o nível Fundamental – decresceu em cerca de nove pontos percentuais. Ao passo que, no Ensino Médio, o fosso entre os dois grupos ampliou-se em oito pontos percentuais, mesmo diante da entrada três vezes maior do número de negros ao longo dos anos noventa. (SILVA, 2010:p.22)

A trajetória acadêmica de Carolina vai na contramão do que apontam as estatísticas, mesmo de suas primas, irmãs e vizinhas, que em sua época não concluíram nem o antigo



primário. Não foi fácil para filha de um carpinteiro construir uma carreira acadêmica na Medicina, como aponta Silva:

Hasenbalg (1979), por seu turno, ressalta que os filhos dos afro-brasileiros tendem a ter menor escolaridade que os brancos da mesma classe social. E, no primeiro grupo, a diferença é ainda maior quando a variável gênero é agregada à análise. Dito de outra forma, as filhas dos trabalhadores negros serão menos expostas à mobilidade social. (SILVA, 2006: p.22)

A narrativa aqui desenhada fez uma curva diferente, mesmo diferentes de seus pares. Porque ainda que filha de pai carpinteiro e mãe semianalfabeta e irmã de outros 12 que não completaram nem o antigo ensino primário, Tia Calu estudou e se formou mais velha que outros de sua geração. Sua formatura se dá aos 34 anos. Já trabalhava há muito tempo em hospitais públicos, como radiologista técnica. Alcançou com seus estudos a mobilidade social para si e sua família.

#### **4. A Faculdade – UERJ - Seu nome na Formação de muitos médicos no Estado do Rio de Janeiro**

Carolina Maria de Azevedo, durante seu curso de medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi chamada por um grupo de alunos de melhor desempenho na época para colaborar com o curso de medicina que começava na Universidade Severino Sombra, em Vassouras. Ali começava a vida profissional de professora de medicina. Carolina teve sua carreira também estruturada nessa Faculdade. Hoje a faculdade Severino Sombra tem uma sala com o nome da grande médica do diagnóstico, a radiologista, a médica doutora em radiodiagnóstico, Dra Carolina Maria de Azevedo. Uma merecida homenagem.

Após a graduação, Dr<sup>a</sup> Carolina Maria Azevedo (com sobrenome, como aponta GONZALES, 1984) cursa o Mestrado (em meado da década de 1980) e o Doutorado (em meado dos anos 1990), na Faculdade de Medicina da UFRJ, em estudos para o diagnóstico precoce do câncer de Mama. Os dois cursos são feitos na modalidade “sanduíche”, na França, na Université de Montpellier, financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Entre os professores negros (mulheres e homens) com doutorado, as mulheres negras também são minoria numa ínfima diferença percentual. A defasagem é ainda mais significativa se considerarmos o universo integral dos professores doutores no País. De acordo com a publicação *Mulher na Educação Superior Brasileira, 1991–2005*, (RISTOFF, 2007), tínhamos até o ano de 2005 um total

de 63.234 doutores (mulheres e homens) atuantes na educação universitária. Destes, como demonstrado na tabela acima, o grupo composto por mulheres negras era de apenas 251. Mesmo considerando a ocorrência de concursos para o ingresso no magistério superior público federal, nos anos de 2006–2007 – não incluídos nos dados disponibilizados pelo Sinaes até o momento –, não podemos negar a grande diferença numérica entre doutoras negras e brancas no País. (SILVA, 2010:p.28)

Como disse acima, este texto não discute os méritos individuais para se chegar aos cursos de pós-graduação; ele aponta e problematiza as dificuldades que são postas para o coletivo de mulheres negras estarem, de fato, “onde desejam”, como vemos em campanhas publicitárias nos anos de 2020. Ainda há muito o que fazermos para que esse “sucesso” seja menos individual e mais coletivo.

## 5. A cordialidade da negra Calu

Defeito de cor ou negro sem cor... Perder a cor... Para aproximar-se do branco, mas o defeito da cor estará ali visível.

(Ana Gonçalves – Um Defeito de Cor)

Quanto mais racional e técnico, mais exige; quanto menos braçal, quanto menos sentimento, quanto menos emoção e quanto mais razão, mais branco serão os espaços. Vamos ficar como se a nós mesmos fosse reservado um espaço de sentimento das emoções, um espaço menor, o espaço da senzala, porque o da casa grande é todo deles, não negros.

Doutora Carolina Azevedo precisou prender o cabelo, sempre em coque, sapato baixo, fino e elegante, de blazer branco e saia na altura do joelho. Sempre assim. Caminhava elegantemente, a minha tia, a doutora Carolina, quando vinha nos visitar no subúrbio onde um dia morou, ou quando andava pelos corredores dos hospitais.

Imaginem uma mulher elegante, humilde, atuando nos corredores do Instituto Nacional do Câncer (INCA) como a responsável pelo setor de imagem desse Hospital de Referência no Tratamento de Câncer no Brasil e América Latina. Imagine essa cena nos anos de 1990, perto de cem anos da libertação dos escravizados... era logo ali, alguns anos atrás, que essa cena não podia ser pensada.

Para branquitude: todos os negros carregam a raça como um todo e o branco não carrega essa raça. É identificado socialmente como indivíduo, como aponta Aparecida BENTO (2002) ao falar do pacto narcísico do branco. Já o Negro carrega sempre toda a sua raça e o que colocaram

(colonizadores) de negativo nela. Estamos a caminho, também, dessa ruptura. Por isso, cada prêmio ou conquista no currículo de Carolina pode ser também a conquista das mulheres negras de sua geração.

No espaço da Medicina, a Doutora Carolina, após se formar e se doutorar, fez também estágio de Pós-Doutoramento. Sua atuação centra-se no diagnóstico precoce do câncer de mama e expande-se para cabeça e pescoço. Carolina escolhe trabalhar para as mulheres, e ela sabe que, especialmente nos hospitais públicos por onde passa e atua, o atendimento é mais para as mulheres negras. O diagnóstico precoce do câncer de mama é a luta da Medicina para a menor mutilação das mamas das mulheres. Com isso ela se torna membro atuante da Câmara Técnica de Mastologia do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro.

A construção de um conhecimento que não se contenta com o que se tem dito ou produzido até então, isto é, a negação dos povos negros, suas histórias, pertencimento, corporeidade e inteireza. (SILVA & EUCLIDES, 2018: p. 62)

Em sua trajetória Dra Carolina alcançou alguns importantes prêmios na sua área de diagnóstico em imagem

Prêmios- Constam do **Lattes** da Dr Carolina Maria de Azevedo:

1. Prêmio João Luiz Campos Soares - Segundo Lugar, Sociedade Brasileira De Mastologia, 2009.
2. Ministério Da Saúde, Ministério Da Saúde, 2004.
3. Prêmio Schering Da Revista Da Imagem, Sociedade Paulista De Radiologia, 2002.
4. Prêmio Schering Da Revista Da Imagem, Sociedade Paulista De Medicina, 1999.

Dra Maria Carolina Azevedo rompe com o mito fundante da capacidade intelectual negra limitada: “há todo um mito fundante na sociedade ocidental que atribui aos negros a falta de capacidade intelectual e de desempenho. Vale mencionar que a universidade é um dos espaços onde não caberiam os(as) negros(as), uma vez que cultural e historicamente”. (SILVA & EUCLIDES, 2018: p.55)

Também escreveu artigos em revistas de referências na área, com várias citações em sites acadêmicos, como *Scielo* (referência de maestria e excelência na produção Acadêmica), e com reconhecimento internacional em seus trabalhos de diagnósticos precoces de câncer de mama, cabeça e pescoço.

Se Carolina, na vida pública, na Universidade e nos hospitais, precisou se render algumas vezes ao padrão do espaço, em família ela foi sempre a tia agregadora. Tia Calu colaborou com apoio financeiro a seus irmãos mais novos, para que pudessem estudar (nem todos estudaram. Alguns só depois de vida adulta e já casados e com filhos). Atuou ativamente junto a seus sobrinhos para que todos e todas cursassem o ensino superior. Sonho realizado. Estar por se realizar o sonho de ver um sobrinho formado na área médica, como ela. Oxalá! As novas gerações estão a nos desafiar! Ainda não temos “livre” acesso aos cursos de elite.

compartilhar é um verbo que as mulheres conjugam em maior escala do que os homens, e de um jeito mais doce. Às vezes fazendo doces para adoçar os homens e os filhos (...) “aprendemos a administrar a escassez e como Cristo, temos multiplicado o pão em nossas mesas (...) Contribuições que temos a dar a um Tempo Feminino. (CARNEIRO, 2019: p.115)

É comum a figura do “arrimo de família” em famílias numerosas em que uma irmã ou irmão apoia o outro, principalmente os mais novos para que tenham menos dificuldades nos estudos ou nos trabalhos financeiros que os mais velhos seus antecessores experimentaram.

## **6. A professora universitária do hospital Gaffrée e Guinle**

A trajetória de ascensão acadêmica no Brasil para mulheres negras foi estudada nos últimos anos, também, por Joselina Silva e Maria Simone Euclides. As autoras apontam que

As experiências do cotidiano revelam suas respectivas capacidades de agência e poder, no conjunto de relações raciais e de gênero, nas referidas instituições superiores. Quanto ao caráter político da presença e atuação de mulheres negras nos espaços universitários, o fato de “ascender” e se tornar uma professora universitária não as torna distantes do coletivo ou o desconhecimento das relações conflituosas de raça, sexo e classe. Pelo contrário, a ascensão as leva a estabelecer cada vez mais elos de aproximação diante de investigações do porquê tais questões ainda não foram solucionadas. Atuam, ao mesmo tempo, na procura por estratégias de fortalecimento e enfrentamento. (SILVA & EUCLIDES, 2018: p. 57)

Doutora Carolina, já Mestre e Doutora, precisou ainda lutar para alcançar a cadeira de professora numa Universidade Pública. Alguns concursos públicos, algumas bancas misóginas e

racistas, mas Carolina termina sua vida acadêmica como professora universitária e pesquisadora do Hospital Gaffrée e Guinle.

A professora universitária toma posse aos 60 anos e por 15 anos atua nas pesquisas nas universidades públicas, em diferentes frentes e diálogos entre as diferentes universidades, como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Aposenta-se, compulsoriamente pela idade, aos 75 anos. E ainda, após sua aposentadoria, continua atuando em pesquisas, de modo voluntário.

Apesar de serem carreiras que podem ser identificadas por ausências, tais trajetórias não devem ser encaradas pelo olhar do exótico ou da exceção que confirma a regra, mas de histórias que motivam a assunção de novas ações e gerações de jovens negras universitárias. Mais do que isso, trata-se de evidenciar trajetórias de mulheres negras recriando e transformando o espaço científico, chamando a atenção para dilemas e problemas que não deixaram de existir, como o racismo e o sexismo. (SILVA & EUCLIDES, 2018: p.67)

Tia Calu tem mostrado que as negras podem estar em qualquer lugar, como lugar “de casa”, de conforto, rompendo com esse sentimento que tivemos de compartilhar, como denuncia Kilomba: (...) intelectuais negras/os são convidadas/os a persistentemente a retornar a “seus lugares”, “fora” da academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como “apropriados” e “em casa” (KILOMBA, 2019, p: 56-57)

Então, a luta é coletiva. Os passos têm sido dados ao longo desses 5 séculos de resistências, também, fundamentalmente feminina. Dra Carolina Maria de Azevedo termina a carreira com a homenagem na Unirio (Hospital Gaffrée e Guinle) com o título de professora Benemerita. Professora negra, de origem pobre, filha de carpinteiro...

Coletivamente, pessoas negras e nossos aliados na luta são empoderados quando praticamos o amor-próprio como uma intervenção revolucionária que desmantela práticas de dominação. Amar a negritude é uma resistência política que transforma nossas formas de olhar [para nós mesmos] e ser, e então cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças da dominação e da morte e reivindicamos a vida negra. (HOOKS, 1995: p. 62.)

Com cuidado e ousadia este texto foi se desenhando para compartilhar de modo público e deixar que não ficasse só no campo doméstico, a trajetória de uma das minhas mais velhas que muito marca meu tempo hoje. Com mais um adágio familiar: “seus verdadeiros amigos estão em casa”, vejo o quanto tenho aprendido com a ousadia e a cordialidade (sim, isso também nos ensina) da tia Calu. Ousei expandir essa figura da “tia Calu” para apresentá-la, em um possível

texto, o primeiro de minha autoria sobre as questões raciais, sem o receio de que me fixem nesse lugar:

“Você tem uma perspectiva muito pessoal” “muito emocional” (...) Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico” (KILOMBA, 2019: p 52)

Escrever para não ficar com mais uma história contada em rodas de amigos, com mais uma narrativa de “fui vítima do racismo estrutural e institucional”. Sempre teremos como ordem nessas situações a resposta do tipo: “não foi isso que a pessoa quis dizer”. Sim, a “pessoa” nem sempre terá condição de se explicar e pedir desculpas ou de dizer “essa é a SUA interpretação”. Mas colocar a nós negras e negros no lugar da outridade tem sido ação reiterada, ou cotidiana (KILOMBA, 2019: p.83).

Dito de outro modo, “No racismo nega-se, para negras e negro, o direito à subjetividade” (KILOMBA, 2019: p.174). Somos um corpo, uma raça, uma história.... As pessoas não são racistas porque não está na ordem da moral, está no campo institucional ou estrutural.

“No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são constituídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que pertencem (KILOMBA, 2019: p.56). Afinal, qual lugar podemos estar? Até onde podemos ir?

O fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019: p. 51)

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” - a diferença contra a qual o sujeito branco é medido - mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. Toda vez que sou colocada como “outra” - seja a ‘outra’ indesejada, “a outra” intrusa, “a outra” perigosa, “a outra” violenta, a outra “passional, seja a “outra” suja, “a outra” excitada, “a outra” selvagem, “a outra” natural, a “outra” desejável, ou a “outra” exótica” -, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno ao/o “outra/o” da branquitude, não o eu- e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual. (KILOMBA, 2019: p.78).

Estamos denunciando, falando mais desse racismo que persiste na Academia e em todos os espaços onde corpos brancos ainda estranham a presença dos corpos negros. Especialmente corpos das mulheres negras.

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. (WERNECK, 2010: p.10)

Ainda dialogando com Jurema Werneck, minha contemporânea, médica, negra e militante de movimentos sociais, aposta na pluralidade das mulheres negras, porque também não somos um corpo único, afinal

As diferentes frentes de luta que empreendemos, seja no interior dos movimentos sociais, seja nas esferas nacionais e globais, longe de representar somente um aprisionamento às regras do racismo patriarcal transnacional e estatal, traduzem nossa recusa à desagregação do que somos, à sublimação das condições materiais imediatas de vida a das necessidades de transformação social profunda, ou ainda a nossa não adesão às demandas burguesas de manutenção do status quo econômico e político que nos aniquila. Reconhecemos os perigos desta trajetória e o que pode representar de cooptação, de adesão aos modelos eurocêntricos que nos desqualificam, de abdicação ou retardamento da nossa afirmação a partir do princípio da autonomia. (WERNECK, 2010: p.10).

Ao refirmar que “nossos passos vêm de longe”, escolhemos estar no mundo, nesse aiyê, e nos apropriar de “seus” valores, também é luta e resistência, sem cooptarmos, sem abrir mão de perder mais do que já perdemos de nossas cores, histórias, trajetórias. Assim, narrar é tornar vivo de novo o acontecido e anunciar o que está por vir. Os espaços Acadêmicos que desejarmos estar deverá ser modificado também por nós e não mais nos modificar para nos ajustarmos a esses espaços da outridade.

## **7. Concluindo para as mais novas: para as próximas gerações - as nossas mais novas**

Ou seja, nosso desafio ainda é indagar a partir de qual ou quais formas poderemos, radicalizando os princípios das ialodês ou os princípios feministas e suas contradições, nos colocar na arena pública em nosso próprio nome. Sem demasiada valorização do individualismo e tampouco reificando culturas e seus aspectos de subjugação, o que nos tornaria cúmplices das demandas da atual avidez pelo exótico, pelo diferentes, pela alteridade de consumo. Falando a voz de nossos desejos. (WERNECK, 2010: p.11)

Quando pensei em escrever este artigo era uma época em que o racismo acontecia no Brasil e no mundo cotidianamente. Mas não conseguíamos gritar por ele como outros já gritaram em outros tempos... parecíamos sufocados. Jovens morriam somente porque estavam soltos pela rua correndo atrás de seus sonhos. Ou em casa. Ou em transportes públicos. Crianças negras não chegaram a poder sonhar em ser professoras, artistas, médicas, cantoras, desenhistas, filósofas, quando crescessem, porque seus sonhos foram cortados em balas “perdidas” pelo silêncio de uma sociedade segregacionista, que sonha com uma Democracia Racial que um dia prometeram e nunca se concretizou, porque foi forjada no apagamento das cores que ainda pintam corpos.

Embora a narrativa aqui traçada foi de Carolina Maria de Azevedo, sabemos que essa narrativa não é a história única de que fala Adichie (2019), porque tantas Carolinas em suas histórias individuais conseguiram romper, porque são Carolinas de sangue de Dandara, Maria Firmino, Tereza Benguela, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Joselina Silva, Nilma Gomes, Jurema Werneck e tantas outras, mas ainda precisamos que todas, as meninas negras que nasçam daqui, até sempre, possam de fato escolher por onde ir sem que vizinhas coloquem em suas cabeças que seus sonhos são impossíveis.

O orgulho que seus sobrinhos têm da tia que não teve filhas ou filhos, mas foi mãe de todos - a solidão e superproteção, marcas de algumas de nossas ancestrais - é o mesmo orgulho que seus orientandos, bolsistas e estagiários têm. Ela contribuiu de forma genuína para que uma legião de radiologistas na medicina diagnóstica de imagem se formasse.

Sabemos que a vitória das Carolinas, enquanto histórias individuais, ainda não é a história da coletividade negra. Queremos que as jovens não precisem passar pelas dificuldades que Carolinas passaram por serem mulheres negras.

Creio que aqui cabe falar sobre o poder de transformação dessa atuação que aparenta ser individual (fora da militância), mas que tem uma força imensa no cotidiano da luta contra o racismo

Ainda precisamos de mais espaços para o debate racializado para brancos também, claro! Para que, de fato, as Universidades do Brasil se tornem espaços para todas as etnias e para que o debate sobre raça seja, enfim, um debate de um passado recente, mas já desnecessário... para isso os brancos narcisistas precisam participar desse debate, também se reconhecendo radicalizados/privilegiados, e não apenas reconhecer as desigualdades (BENTO, 2002). Ainda



precisamos ressignificar o legado da escravidão como um passado de que os brancos não estão ausentes ou ílesos.

Estou encharcada de cor, dor, raça. Para que “fazer mil” seja uma conquista de todas e não nos imponham mais “o mil e um”, por isso escrevo. Não teremos sonhos impossíveis num país onde saibamos uma acender os sóis das outras (NJERI, 2009). Dando a mão ao outro, conforme a filosofia Ubuntu, em que eu só sou porque nós somos. Estamos buscando espaços fundantes, para que mais de nós estejamos vivas. Avante, irmãs!

### Referências bibliográficas:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma História única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen, 2019.

ANGELOU, Maya. *Mamãe & Eu & Mamãe*. Tradução Ana Carolina Mesquita. 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil* In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo, Polen Livros, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D' Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019. 11 reimpressão 1 ed.

FERREIRA, CLÁUDIA Aparecida Avelar. *Mulheres negras: um marcador da desigualdade racial*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 508-534, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/674>>. Acesso em: 28 set. 2020.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 5. ed. São Paulo: Record, 2009.

GONZALES, Lélia. *Racismo e sexismo na literatura*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*: tradução Bhuvi Libanio.- 3ª ed.- Rio de Janeiro: rosa dos Tempos, 2020.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Clíris: poemas recolhidos*. Organização de Raffaella Fernandez e Ary Pimentel. Rio de Janeiro: Desalinho, Ganesha Cartonera, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação-Episódios de racismo cotidiano*; tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NJERI, AZA (Viviane M. de Moraes) *Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra*. Ítaca n.º 36 - Especial Filosofia, 2009.

PIRES, Thula. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

SANTOS, NEUSA Sousa. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHUCMAN, Lia. V. (2014). *Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana*. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94.

SILVA, Joselina. *Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais - Perspectiva* (2011) 28(1) DOI: [10.5007/2175-795x.2010v28n1p19](https://doi.org/10.5007/2175-795x.2010v28n1p19).

SILVA, Joselina; EUCLIDES, Maria Simone. *Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil)*. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. v. 1, n. 1 - mar-jun. de 2010  
<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303/281>. Acessado em 25 de fevereiro de 2021.

\* \* \*

#### **Sobre a autora:**

**Jonê Carla Baião:** Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Graduada em Letras Português e Literatura - Faculdade de Humanidades Pedro II (1989). Atualmente é Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lotada no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Professora do Departamento de Ensino Fundamental e do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB/CAp-UERJ). Está vice coordenadora do PPGEB desde julho de 2020. Atua, também, como coordenadora, na modalidade EAD, da disciplina de Monografia 2 do Consórcio CEDERJ/CECERJ no curso de Pedagogia UERJ, desde 2014. Faz parte do corpo editorial da Revista e-

mosaico e da Revista Digital Formação em Diálogo. É membro do Grupo de Pesquisa Formação em Diálogo: narrativas de professoras, currículos e culturas (GPFORMADI), co-coordenadora da linha de pesquisa "Educação e Diferença". Tem interesse de estudo na área de Linguística, com ênfase em Ensino de Língua Materna, especialmente em Alfabetização, bem como nos seguintes temas: interseccionalidades raça, gênero e classe.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 10 de outubro de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** 29 de janeiro de 2021.

\*\*\*

**Como citar:**

BALÃO, Jonê Carla. "Se eles fazem mil, temos de fazer mil e um" - e ela fez! Trajetória acadêmica de uma doutora negra nos anos 1970. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n.º. 21, 2021. pp. 222-240. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.54964

